

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas;
30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)
ST 04 - Movimentos sociais em interação com o Estado: dinâmicas e
efeitos
Formação e organização do Movimento Nacional dos Catadores de
Recicláveis (MNCR) no Brasil
Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)

Formação e organização do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR) no Brasil

Este trabalho pretende examinar o processo de formação do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) no Brasil. Trata-se de analisar desde os primeiros passos da organização dos catadores até a constituição de um movimento social (2001). Este processo teve três frentes políticas dinamizadoras. A primeira frente dinamizadora está ligada à atividades políticas realizada por entidades civis, muitas delas vinculadas à Igreja Católica. A segunda frente está relacionada à experiência participativa das primeiras cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis de atuação em conjunto com alguns governos municipais. Trata-se da disposição inicial das primeiras gestões municipais dos governos do Partido dos Trabalhadores de integrar – cada qual a sua maneira - as demandas dos catadores como parceiros de programas municipais de reciclagem. Por fim, a terceira frente refere-se à formação e atuação de um fórum sócio-governamental específico para tratar de questões técnicas e sociais envolvidas na questão do lixo, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC).

Palavras-chave: Movimento, Igreja, PT

Formação e organização do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR) no Brasil

1. Introdução

Até recentemente, os catadores de materiais recicláveis permaneciam na invisibilidade social e econômica em nosso país. Contudo, mesmo num quadro de forte discriminação, exclusão social e de dificuldade em serem reconhecidos como trabalhadores, eles lograram, nas últimas duas décadas, uma ampla gama de ganhos políticos. Esses ganhos aconteceram tanto nos seus próprios processos organizativos, como em reconhecimento por parte do Estado brasileiro.

Em termos de organização política, a partir da década de 1990, começaram a se formar as primeiras associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Tratava-se de estratégias de pequenos grupos para atingir o reconhecimento público da atividade, para tentar superar a dependência do atravessador¹, para conquistar melhores condições de trabalho e melhores preços de venda do material. É a multiplicação de experiências locais de formação de associações e cooperativas de reciclagem que vai culminar com a constituição do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no ano de 2001.

Já no campo do reconhecimento do Estado, primeiramente, há algumas experiências, nas décadas de 1990 e 2000, de incorporação dos catadores em sistemas de coleta seletiva no âmbito dos governos municipais. Ademais, na esfera nacional, um marco importante de abertura às conquistas políticas do segmento foi a inserção da profissão de “catador de materiais recicláveis” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pelo Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2002, e a criação, pelo governo federal, no ano de 2003, de uma instância interministerial para tratar especificamente da problemática dos catadores - o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo² (CIISC) -, além de uma série de normas, legislações e políticas públicas direcionadas a esse público.

1 O atravessador, ou sucateiro, é o intermediário na cadeia da reciclagem. Ele situa-se entre os catadores e a indústria da reciclagem. A dependência do atravessador é um empecilho para o incremento da renda dos catadores, pois estes pesam e estabelecem os preços a serem pagos aos catadores. Em seus depósitos, os sucateiros vão acumulando os materiais até conseguirem uma quantidade que viabilize a venda para as indústrias de reciclagem.

2 Em 2010, tal instância sofreu uma alteração e passou a ser denominado “Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis”(CIISC).

O objetivo principal deste texto – que é parte integrante de minha pesquisa de doutorado - é descrever, de forma breve, as condições que deram origem ao MNCR. A ideia é que o relato das circunstâncias sócio-históricas que permitiram o aparecimento desse movimento social nos auxilie a, posteriormente, entender as relações de proximidade e influência do próprio movimento com o governo federal a partir do primeiro mandato do Presidente Lula.

Relacionamos o surgimento deste movimento social ao que denominamos aqui de “frentes dinamizadoras”. Devido às condições de alta vulnerabilidade social e às dificuldades intrínsecas de um processo de auto-organização e mobilização, provavelmente essas frentes viabilizaram o aparecimento do MNCR. Embora possam ter havido outras intervenções que contribuíram para o aparecimento desse movimento social, acreditamos que tenham existido pelo menos três frentes dinamizadoras essenciais para o surgimento do MNCR.

A primeira frente dinamizadora está relacionada à atuação de organizações sociais vinculadas à Igreja Católica. Essas entidades contribuíram para a formação das primeiras organizações de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis no país. A segunda frente dinamizadora está ligada à disposição inicial das primeiras gestões municipais dos governos do PT em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, de integrar – cada qual a sua maneira - as demandas dos catadores como parceiros de programas municipais de reciclagem. Por fim, mas não menos importante, a terceira frente dinamizadora do processo de organização coletiva dos catadores vincula-se a criação e atuação de uma articulação nacional entre entidades públicas, sociedade civil e iniciativa privada em torno da questão dos resíduos sólidos no país. Trata-se do Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC).

Pode-se afirmar que essas três frentes, encadeadas entre os anos 1980, 1990 e começos de 2000 tiveram uma importância fundamental para a organização coletiva dos catadores e colaboraram, definitivamente, para que essa massa de trabalhadores pudessem se agrupar em um movimento social. Antes de descrever tais frentes dinamizadoras, cabe salientar que a constituição do movimento de catadores propriamente dito ocorre praticamente de modo simultânea à chegada do PT ao âmbito do governo federal.

De modo análogo a um amplo conjunto de atores da sociedade civil que, com interesses distintos, se inseriram no campo da defesa da coleta seletiva e/ou na problemática social e econômica dos catadores, formando uma complexa e extensa

trama de agentes que deu suporte para a organização dos catadores, os partidos políticos, mais especificamente o Partido dos Trabalhadores (PT), tiveram um papel central no processo associativo dos catadores. Talvez a inserção de certos agentes sociais em espaços múltiplos de atuação como em movimentos sociais, ONGs, Fóruns, entidades religiosas e na militância partidária tenha favorecido essa permeabilidade com o PT. Também não podemos descartar possíveis relações pré-existentes entre esses atores sociais comprometidos com a causa dos catadores e membros do partido.

Pode-se afirmar que o PT foi o primeiro – e talvez único - partido brasileiro que passou a incorporar as demandas da categoria nas suas gestões de governo. Neste sentido, o curso organizativo do MNCR não se deu de modo externo ao Estado, mas, ao contrário, também foi animado por ele. Esta presença se fez marcada, num primeiro momento, em algumas gestões municipais, mas posteriormente também se estendeu ao âmbito do governo federal.

No nível municipal, a década de 1990 registra as primeiras experiências de inclusão e integração de catadores como parceiros dos programas públicos municipais de reciclagem. Vale destacar que essas experiências são anteriores à formação do MNCR e estavam atreladas aos embrionários processos organizativos dos catadores. Cabe mencionar, aqui, as experiências pioneiras de cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, todas administradas por gestões petistas.

Pelo menos formalmente, no nível federal, o MNCR não apenas nasceu, quase que simultaneamente à eleição de Lula em 2002, como se consolidou a partir dele. Essa consolidação coincidiu com a incorporação da problemática dos catadores na agenda do governo federal e com o processo de elaboração de uma série de políticas direcionadas a esse público. Contudo, os possíveis resultados dessa coincidência ainda não são inteiramente conhecidos.

Embora este texto centra a atenção em como as articulações entre a sociedade civil e o poder público tornaram possível a organização dos catadores, pretendemos não perder de vista inquietações pertinentes às relações do MNCR com o governo federal a partir do início das gestões Lula em 2003. É fato que a construção de políticas públicas para catadores com a participação efetiva desse público no âmbito do governo

federal foi relativamente ágil se levarmos em conta outros processos de construção de políticas públicas.³

Talvez essa relativa agilidade da participação de coletivos recém criados e com características de alta vulnerabilidade como o caso do movimento de catadores na construção de políticas públicas seja uma diferença marcante se comparado a outros movimentos sociais que tem uma trajetória mais antiga de militância e atuação.⁴ No caso dos catadores, que implicação pode ter tido essa relação com o governo federal para um movimento recém formado, como o era naquele momento o MNCR? É possível que a abertura de espaços institucionais pelo governo federal para esse ator coletivo tenha gerado um processo de fortalecimento do próprio movimento? Quais os possíveis resultados que essa relação produziu dentro do Estado em termos da construção de políticas públicas direcionadas aos catadores?

Ainda que a literatura que trata das relações socioestatais, nas suas variadas vertentes, seja extremamente válida para analisar o MNCR, ela pode ser insuficiente para explicar algumas especificidades desse movimento. De forma geral, tal literatura destaca que, sobretudo a partir do governo Lula, movimentos sociais com históricos de luta “por fora” do Estado passaram a serem chamados a atuar “por dentro” da institucionalidade. Este novo lugar de atuação ocorreu, principalmente, por meio da ocupação de espaços em arenas formais de participação e também pelo recrutamento de seus integrantes para atuarem na burocracia estatal via cargos de confiança.

Contudo, o movimento de catadores não foi “convocado” a atuar na burocracia estatal, como tampouco possuía um histórico consolidado de luta “por fora” da institucionalidade, dado que, naquele momento, tratava-se de um movimento social recente. O MNCR nasce, enquanto sujeito político, de forma simultânea à criação de espaços ligados à temática dos catadores no âmbito do governo federal. Ainda que este ator tenha sido convidado a participar das discussões sobre as ações e políticas governamentais, será que essa particularidade limitou o grau de sua influência na formulação de políticas públicas, posto que a organização política prévia é uma

3 Neste sentido, Ferro (2011, p. 135) dá exemplos de outros públicos e áreas que tardaram muito tempo para serem contemplados na agenda do governo, sendo necessário para a sociedade civil vinculada a esses públicos e áreas longos anos de processos de articulação, formação de redes movimentistas e pressão política. Com a finalidade de lograr espaços de participação no nível federal, depois de anos ou décadas, muitas dessas experiências somente foram acolhidas a partir do governo Lula. Aqui vale o exemplo valem os exemplos das áreas de atenção integral a crianças e adolescentes, de inclusão da população afro-descendente ou mesmo a área da saúde pública.

4 Aqui podemos mencionar, como exemplos, o caso do Movimento Sanitarista nascido nos anos 1970 (DOWBOR, 2012) e o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), criado em 1985 (SERAFIM, 2013),

condição fundamental para que determinados setores da sociedade civil tenham possibilidades de incidir em políticas públicas?

Embora não esteja claro o grau de influência que o movimento logrou ante o governo federal, é fato inegável que, a partir do governo Lula, os catadores ocuparam um lugar privilegiado nas discussões e elaboração de políticas públicas no âmbito federal. Mas, quais podem ter sido as peculiaridades de sua atuação com relação às políticas públicas? No âmbito das próprias políticas, o que ocorreu com a ação governamental quando este movimento social interveio na produção das políticas? Do ponto de vista da dinâmica interna do movimento, como ele se refaz ou se modifica ao atuar tão organicamente junto ao Estado? Em outro sentido: como ocorreu o processo simultâneo de criação de um movimento nacionalizado com a sua própria participação em fóruns socioestatais de produção da política pública?

Essas são as questões que buscarei responder na minha tese. Contudo, neste momento centrarei atenção nas condições históricas que possibilitaram o surgimento deste movimento social.

2. Frentes Dinamizadoras do processo de organização dos catadores

2.1 A Igreja Católica

Sobre a primeira frente que colaborou com a organização de catadores, destaca-se o papel das entidades filantrópicas ligadas a Igreja Católica, sobretudo aquelas voltadas às campanhas para programas de moradores de rua (LEUBOLT, ROMAO e NOVY, 2016).

Os trabalhos sócio-pedagógicos desenvolvidos por organizações da Igreja, iniciado com moradores de rua de grandes centros urbanos, colaborou com o surgimento das primeiras organizações de catadores no país. No âmbito destes trabalhos sócio-pedagógicos os agentes sociais da Igreja observaram que existiam grupos de moradores de rua que exerciam atividades de catação de lixo de forma regular, como fonte de subsistência. Percebendo que havia um potencial organizativo nestes grupos - dado que os mesmos tinham uma rotina de trabalho, um trajeto pré-definido e demandas por local para seleção de materiais - investiram esforços na sua associação (DIAS, 2009).

Assim, por meio desses agentes sociais, a Igreja Católica teve um papel fundamental na dinâmica de formação das primeiras experiências de organização de

catadores (PEREIRA, 2011) e, ainda hoje, tem uma atuação muito importante na articulação de grupos de catadores na esfera nacional.

Dentre as entidades da Igreja Católica, em São Paulo, destaca-se o trabalho da Organização de Auxílio Fraternal (OAF). A OAF é uma entidade fundada em 1953 por um monge beneditino, membro da Fraternidade das Oblatas que se formavam naquele momento e um grupo de indivíduos da sociedade civil dedicado a trabalhar com populações marginalizadas na área central da cidade. Este grupo, além de dar apoio à Fraternidade das Oblatas, possibilitou que a sociedade civil, através dos voluntários, realizasse um trabalho nas ruas com meninos, adultos, prostitutas etc. (GRIMBERG, s/d). Nas regiões centrais da cidade, a instituição buscava achar soluções para o problema da pobreza. A OAF foi responsável por organizar as primeiras iniciativas de agrupamento de moradores de rua que subsistiam da cata de lixo. Defendendo os interesses desses sujeitos, buscava promover sua associação como um grupo organizado.

De acordo com o relato de uma coordenadora da Pastoral da Rua obtido por Pereira (2011, p.59), o trabalho da OAF com a organização da população de rua só foi possível graças a uma profunda transformação da concepção da própria entidade frente ao contexto político-social brasileiro do final da década de 1970. No contexto em que o processo de organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) se fazia vigente, os pressupostos e metodologia adotada pela OAF e também pelas Oblatas de São Bento eram influenciadas pelas idéias do educador Paulo Freire e propunham a transposição de uma ação voltada à caridade e ao assistencialismo para uma ação transformadora das condições sociais da população de rua, por meio das possibilidades de organizar essa população.

Domingues Júnior (2004) assinala que a OAF, desde a década de 1950, tinha uma atuação de caráter predominantemente assistencialista na cidade de São Paulo e que, sob influência da teologia da libertação nos anos 1970, ela mudou o seu discurso e sua forma de ação de modo a privilegiar a formação de grupos e de coletivos de moradores de rua como meio de organizá-los para reivindicar seus direitos sociais frente ao Estado. Neste sentido, a partir de 1977, a OAF começa a ir às ruas, embaixo dos viadutos, às praças, passando a trabalhar diretamente com os moradores de rua, na perspectiva de formar grupos (GRIMBERG, s/d).

Assim, a OAF passou a criar diversos projetos e espaços de convivência de maneira a proporcionar encontros de reflexão, de conscientização e de questionamento

da difícil realidade vivenciada pela população de rua. Nesses encontros, um grupo de moradores participantes dos programas da OAF começou a pensar formas coletivas de inserção laboral, iniciando trabalhos coletivos de coleta de materiais recicláveis por meio de carrinhos de madeira.

O primeiro resultado do trabalho da OAF com os catadores foi a criação, no ano de 1985, da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo enquanto estratégia para tentar legalizar o trabalho dos catadores e para reagir à proposta da administração municipal da cidade – sob a prefeitura de Jânio Quadros – de proibir a circulação de carrinhos no centro da cidade. Neste mesmo ano, como fruto deste primeiro trabalho de união de catadores, os mesmos marcharam pelas principais ruas de São Paulo contra a proibição de circulação de carrinhos. Com a força que o grupo conseguiu atingir, já em 1989, os catadores, com apoio da Igreja, fundaram a primeira cooperativa de materiais recicláveis do país, a Coopamare.

Seguindo o caminho precursor de São Paulo, entidades ligadas à Igreja iniciaram um trabalho de organização de catadores em outras duas capitais na década de 1980: Belo Horizonte e Porto Alegre.

Em Belo Horizonte, a Pastoral de Rua da Arquidiocese da cidade deu início, em 1988, a um serviço social e educacional que levou à criação da Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, a “Asmare” em maio de 1990 (DIAS, 2009).

Segundo Pereira (2011), a dinâmica ação que culminou com a formação da Asmare teve início no ano de 1987, quando chegaram à capital mineira algumas irmãs da Fraternidade das Oblatas de São Bento. Estas irmãs levaram a experiência e metodologia de trabalho desenvolvida em São Paulo pela OAF junto à população de rua. A Pastoral da Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte inicia, assim, um trabalho sócio-pedagógico junto aos moradores de rua. De forma a romper com a prática tradicional de assistencialismo - restrito, por exemplo, a ações de doação de comida -, a equipe da Pastoral passou a vivenciar o cotidiano de vida desse segmento, tendo como premissa de sua metodologia de trabalho a idéia de que era preciso se misturar ao dia-a-dia desse grupo e de se constituir como uma presença solidária e evangélica junto a essa população historicamente excluída, de modo a tentar encorajar o surgimento de novos sujeitos sociais e novos valores (DIAS, 2009).

Um marco da luta dos catadores em Belo Horizonte que, em partes, sucedeu-se pelo trabalho mobilizatório da Pastoral, foi a reação organizada da categoria frente a

uma “operação de limpeza”, em agosto de 1988. Os catadores que ocupavam uma área onde triavam o seu material (e hoje é a sede da Asmare), foram expulsos numa violenta ação da prefeitura e da polícia. A Pastoral da Rua foi acionada e conseguiu mobilizar os catadores (que se encontravam dispersos em diversos pontos da cidade em razão da ação da Prefeitura) para a redação de uma carta aberta à população de Belo Horizonte que denunciava a repressão que vinham sofrendo.

Neste momento, intensificou-se o processo de mobilização dos catadores. Passou-se a realizar diversas reuniões entre o grupo de catadores e a Pastoral. Como fruto dessa mobilização, em abril de 1990, foi fundada a Asmare (DIAS, 2009).

Assim, graças à entidades ligadas a Igreja Católica – sobretudo a Pastoral, mas também por alguns ambientalistas que na gestão petista de Patrus Ananias viriam a ocupar cargos de direção na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e na Secretaria de Limpeza Urbana (DIAS, 2002), a Asmare se estabeleceu como a primeira cooperativa da catadores de reciclável no município e sua atuação serviu de referência como modelo bem sucedido de organização a outros processos embrionários de organização de catadores da cidade, no estado de Minas Gerais e também no país.

Já em Porto Alegre, por sua vez, a primeira associação de catadores organizou-se na Ilha Grande dos Marinheiros em 1986, denominada Associação de Catadores de Material Reciclável de Porto Alegre. Como nas primeiras experiências de São Paulo e Porto Alegre, este agrupamento de catadores contou com o apoio de entidades ligadas à Igreja Católica, sobretudo o trabalho eclesial de base da Igreja.

Orientado por um padre e sua irmã, ambos com ampla experiência anterior em trabalhos pastorais junto a comunidades carentes, a Associação da Ilha Grande serviu como modelo para a criação de novas associações e a construção de galpões de reciclagem. Valeu-se também como laboratório para a constituição de cerca de 100 unidades de reciclagem criadas no Rio Grande do Sul (MARTINS, 2003)⁵; ademais ter sido base para a implementação de um programa municipal de apoio à formação de associações de catadores/recicladores adotado pelo município de Porto Alegre a partir do ano de 1989.

Conforme testemunhos obtidos por Martins (2003), o trabalho de organização dessa associação foi iniciado com o intuito de por em evidência o trabalho dos catadores que puxavam carrinhos com material coletado nos bairros centrais da capital.

⁵ Até o ano de 2003, segundo Martins (2003), destas unidades de reciclagem, apenas duas tinham forma jurídica de cooperativa, ambas situadas no norte do estado do Rio Grande do Sul (região de Santo Ângelo). As demais estavam constituídas como associações de reciclagem.

A ação da Igreja na Ilha Grande dos Marinheiros – o então maior reduto de catadores de rua de Porto Alegre- adveio da proposta de resgate social da população local, frequentemente flagelada pelas enchentes da região e vivendo em condições muito precárias. Assim, a atuação social da Igreja parte de uma ação territorial, lutando pela melhoria das condições de vida da população da Ilha Grande. Com o objetivo de atuar nesta localidade, a Igreja conseguiu atrair, para participar desse trabalho social, pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A experiência de Ilha Grande dos Marinheiros motivou novas experiências de organização de catadores em Porto Alegre. Nos anos seguintes ao trabalho na Ilha Grande, a Igreja impulsionou a organização de indivíduos que catavam em um lixão da zona norte da cidade. Daí surgiram uma série de novos agrupamentos de catadores na cidade.

2.2 As primeiras gestões do PT nas administrações municipais de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre

Junto com a influência fundamental da Igreja Católica na dinâmica de formação das primeiras experiências de organização de catadores destaca-se a disposição das primeiras gestões petistas em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre de incorporar as demandas dos catadores como parceiros dos programas municipais de reciclagem (DIAS, 2009), fortalecendo essas organizações e criando as bases de uma articulação nacional que viria a criar o MNCR.

No caso de São Paulo, até o ano de 1989, a relação dos catadores com o poder público era extremamente conflituosa. Frequentemente os catadores eram acusados de sujarem as avenidas e ruas na ação de coleta de materiais recicláveis. Numa demonstração de hostilidade do poder público com essa categoria, no ano de 1988, o então prefeito Jânio Quadros determinou a prisão de catadores de papel e declarou à imprensa da época que “a atividade proporciona aos catadores a possibilidade de comprarem pinga (bebida alcoólica), para consumi-la embaixo dos viadutos da cidade, sem ética e educação” (Shopping News, 21/02/1988 In: GRIMBERG, s/d).

Porém, em contrapartida à relação conflituosa com o poder público e enquanto manifestação da força que se gestava na união desses indivíduos, os catadores mostraram uma capacidade ímpar de mobilização ao realizarem uma passeata no centro da cidade. Com a consigna de que “catadores não têm casa e nem tem pão, papelão é o novo pão” e “queremos trabalhar” (FOLHA DE SAO PAULO, 06/04/1985 In:

GRIMBERG, s/d), eles demonstravam seu desacordo com a política do prefeito Jânio Quadros.

Numa conjuntura política nacional marcada pela transição do regime militar para a democracia, ditada também por um enorme anseio da população de participar politicamente - expresso em muitas manifestações de massa (como a das “Diretas Já”, greves, organizações de base) - no nível local, a eleição de Luiza Erundina do PT para a prefeitura de São Paulo (1989-1992) representava a possibilidade de abertura de novos canais de diálogo entre o governo e a sociedade.

No programa político do governo Erundina a questão social definiu-se como uma prioridade. Assim, tais canais de diálogo com setores populares foi aberto. Nesta direção, no que se refere ao grupo de catadores, o poder público municipal colaborou com o projeto de fundação de uma cooperativa de catadores da cidade, a Coopamare (GRIMBERG, s/d).

Concretamente, o apoio do poder público local à Coopamare deu-se através da promulgação de um decreto que reconhecia o trabalho dos catadores como atividade profissional. Conforme assinala a própria cooperativa, uma vez estruturados e reconhecidos enquanto profissionais, os catadores da Coopamare ganharam legitimidade junto a fabricantes e intermediários, e maior visibilidade perante comerciantes, donas de casas, empresas e a população em geral (www.coopamare.wordpress.com)⁶.

Essa experiência da Coopamare tornou-se referência para outros vários grupos envolvidos com a coleta e seleção de materiais para a reciclagem que se organizavam no país, principalmente para as experiências também pioneiras de Belo Horizonte e Porto Alegre. Os catadores em Belo Horizonte e Porto Alegre passaram a integrar o sistema público de coleta seletiva.

No que diz respeito a experiência de Minas Gerais, embora o surgimento da Asmare, em 1990, tenha sido uma conquista importante para os catadores de Belo Horizonte e também tenha permitido o estabelecimento de um convênio de cooperação entre a Prefeitura e a cooperativa, é a partir da gestão municipal de Patrus Ananias, em 1993, que há uma mudança qualitativa na relação deste segmento com o poder público a medida que a prefeitura passa incorporar os catadores como parceiros prioritários no

6 No governo de Luiza Erundina da prefeitura de São Paulo (1989-1992), a Coopamare passou a participar de um Fórum que pensava políticas pública de atendimento à população de rua e de alternativas de trabalho. Contudo, a partir da gestão de Paulo Maluf (1993-1996) e, posteriormente, de Celso Pitta (1997-2000) tentou-se desmantelar o Fórum da População de Rua e as políticas públicas realizadas no governo de Erundina.

Projeto de Coleta Seletiva implementado por meio do Programa de Manejo Diferenciado de Resíduos Sólidos da Secretaria de Limpeza Urbana (SLU) do município (DIAS, 2009, p.62).

Anteriormente, sobretudo na década de 1970 e 1980, as relações com o poder público eram extremamente conflituosas. Havia um grande número de registros de “operações de limpeza” contra os catadores. Essas operações tinham um caráter predominantemente higienista que respondiam tanto à pressão colocada pelas reclamações da população em geral quanto à limpeza das ruas, como pela racionalidade técnica dos funcionários da limpeza urbana da cidade, que viam essas ações de limpeza como saneadoras (DIAS, 2009).

O período que antecedeu a gestão de Patrus Ananias na prefeitura, isto é, na gestão de Eduardo Azeredo do PSDB (1990-1993), a relação dos catadores com a prefeitura foi marcada igualmente por intensos conflitos, mas também por algumas conquistas importantes. De acordo com Dias (2009), uma das primeiras lutas com a prefeitura da época foi a reivindicação de que esta estabelecesse um sistema de cadastro com um perfil sócio-econômico dos catadores, o que acabou sendo realizado pela Secretaria Municipal de Ação Comunitária. Na seqüência, foi demandado que a prefeitura construísse um espaço adequado para o depósito de materiais para os catadores, e assim, ao final do ano de 1992, foi inaugurado um galpão com uma infraestrutura mínima.

A despeito dessas conquistas, a principal vitória dos catadores nesta época, resultado das articulações realizadas pela Asmare com o apoio da Igreja, foi a inclusão na nova Lei Orgânica do Município de uma normativa que assegurava que a coleta seletiva deveria ser feita preferencialmente por cooperativas de trabalhadores em detrimento a um projeto e implantação de coleta seletiva terceirizado, realizado por empresas privadas (DIAS, 2003).

Essa vitória, em grande parte, foi lograda por uma demonstração pública de força dos catadores, quando estes saíram em passeata, em 1991, até a Câmara Municipal onde acontecia o “Seminário sobre Coleta Seletiva de Lixo em Belo Horizonte”. Os catadores se mobilizaram contra a possível contratação, pela prefeitura, de uma empreiteira para realizar a coleta seletiva na cidade, retirando assim a fonte de sobrevivência dos catadores. Os catadores conseguiram que a Prefeitura recuasse nesse projeto de implantação de coleta seletiva terceirizada (DIAS, 2003).

Embora tenham conseguido essas vitórias, os catadores continuavam sofrendo as “ações de limpeza” e sendo perseguidos pela SLU. Neste sentido, a relação com a prefeitura tinha muito mais um caráter conflitivo do que de colaboração. Essa relação, no entanto, muda radicalmente a partir do ano de 1993, ano em que a chamada “Frente BH Popular” assume a gestão municipal.

Nesta Frente, formada por uma coligação de partidos liderada pelo Partido dos Trabalhadores, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social assume como um de seus programas básicos o programa da população de rua. Na SLU, inicia-se a implementação de um modelo de gestão que se inclui no marco de um sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos e que visualiza na reciclagem um instrumento de participação e inclusão social (DIAS, 2009, p. 63)⁷. Neste modelo, o Projeto de Coleta Seletiva estabeleceu como parceiro prioritário a Asmare (DIAS, 2003).

Como salienta Dias (2003), com a chegada do PT ao governo, o contato dos catadores e a administração pública começou a mudar. Gradualmente, de uma relação bastante conflitiva passa a haver uma relação de cooperação. Assim é que a definição do modelo de coleta seletiva a ser implementado foi, desde sua origem, um processo de construção coletiva entre a equipe técnica da SLU, a Asmare, a Pastoral da Rua e a Cáritas (DIAS, 2003).

Por fim, na experiência de Porto Alegre, o início da gestão municipal, em 1989, da “Frente Popular” – coligação de partidos liderada pelo PT – marca o início de um processo de incorporação da organização dos catadores, que vinha sendo desenvolvido pelos agentes religiosos, mediante a concepção de um Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos sob responsabilidade do Departamento de Limpeza Urbana (DMLU) da cidade (MICHELOTTI, 2006).

Este sistema teve como um de seus eixos principais “a geração de trabalho e renda” por meio da implantação de unidades de triagem (UTs) (popularmente conhecidas como “galpões de reciclagem”) em várias comunidades periféricas da cidade. Através da implementação do sistema de coleta seletiva, essas UTs começaram a receber as cargas de materiais recicláveis. Neste novo sistema, os catadores saíram do trabalho de rua e passaram a exercer a atividade de separação dos resíduos nestas unidades.

⁷ Para caracterização desse modelo de gerenciamento de resíduos sólidos implantado pela SLU de Belo Horizonte, consultar Dias, 2009.

Esta iniciativa de coleta seletiva “porta a porta” começou beneficiando, em 1990, um único bairro e se expandiu rapidamente. Em 1996, todos os demais bairros da cidade já contavam com esse tipo de coleta (MICHELOTTI, 2006). Como assinala Michelotti (2006, p. 67), mesmo sendo considerado um programa polêmico no que diz respeito à forma como integrou a coleta seletiva a essas UTs e resultou, por decorrência, oficialmente ilegal e “desviante” (aspas do original) a coleta efetuada pelos catadores de rua, o êxito obtido por ele excedeu as fronteiras municipais e influenciou experiências semelhantes em todo país, além de render ao governo municipal reconhecimento em escala internacional.

Segundo Michelotti (2006), até o ano de 2006 existiam 16 UTs na cidade. Essas UTs são financiadas pelo poder público municipal. Este mantém com as associações de catadores convênios que lhes permitem a utilização do espaço e dos equipamentos. Estas associações passaram a ter um status jurídico, com autonomia administrativa e operando mediante estatutos e regimes internos específicos.

A criação dessas UTs pelo poder público municipal facilitou o surgimento de novas associações, mas também contribuíra para o fortalecimento daquelas previamente existentes. Na busca por melhorar a relação de dependência que tendia a se estabelecer com os intermediários com os quais as associações firmavam relações comerciais, e também com o intuito de ter relações mais intensas com o poder público municipal, essas associações criaram, em um espaço cedido pela Faculdade de Educação da UFRGS e com o auxílio dos agentes da Igreja e de um professor do Instituto de Educação da UFRGS, o “Fórum das Associações de Reciclagem”.

De acordo com Michelotti (2006, p. 79), a troca de experiência entre as associações, propiciada por esta instância, foi fundamental para a visualização ampla dos diversos fatores envolvidos no sistema municipal de coleta seletiva da prefeitura e na atividade de beneficiamento primário realizada pelas UTs. Um dos problemas detectados dizia respeito ao próprio sistema de operação da coleta seletiva na cidade. O DMLU realizava a coleta seletiva dos materiais e destinava uma parte a cada associação segundo critérios próprios. Como a composição dos materiais recolhidos não era a mesma em toda cidade, algumas associações recebiam resíduos considerados mais nobres enquanto outros recebiam materiais de mais baixa qualidade, o que dava menor valor comercial. Debatido o tema no Fórum, houve um acordo entre as associações e este acordo foi repassado ao órgão público responsável, que passou a reorganizar a distribuição de materiais.

Este acordo serviu de referência para o estabelecimento de parâmetros para uma atuação em conjunto das associações (MICHELOTTI, 2006). Michelotti (2006) sublinha que, neste momento, viveu-se um período de “efervescência participativa e in(formativa)”, dado que as UTs viram multiplicadas as ofertas de apoio e parceria originadas, em parte, pelo esforço que suas lideranças empreenderam para dar visibilidade social ao seu ofício e pela “descoberta” (aspas do original) da existência dessa categoria e sua embrionária organização. Este período caracterizou-se pela realização de uma série de encontros, cursos e capacitações que culminou com a realização de um seminário que lançou as bases para a formação, no ano de 1998, da Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul (FARRGS).

A criação da FARRGS foi fruto da articulação das associações de Porto Alegre com outros agrupamentos de catadores de outras regiões do estado do Rio Grande do Sul. O objetivo de sua formação era que a mesma servisse como uma espécie de guarda-chuva ao conjunto das associações do estado. Segundo Michelotti (2006), o propósito da formação da federação foi o de suprir a falta de uma instância jurídica que garantisse uma gestão comum dos recursos econômicos na busca de financiamento para alguns projetos – tanto com órgãos governamentais como também com empresas privadas, universidades e outras entidades da sociedade civil - e de oferecer uma certa unidade para a condução de empreendimentos de catadores⁸.

A FARRGS enquanto instituição guarda-chuva do conjunto de associações do estado participou ativamente das articulações que resultaram no 1º. Encontro Nacional de Catadores de Papel realizado em Belo Horizonte no ano de 1999 e serviu como base no processo de construção do primeiro congresso nacional de catadores, cujo fruto foi a concepção de um coletivo nacional, o Movimento Nacional de Catadores de Material Recicláveis (MNCR).

2.3 Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC)

Por fim, a terceira frente dinamizadora do processo de organização dos catadores está ligada ao surgimento e a atuação de um fórum, de abrangência nacional, de discussão das questões técnicas e sociais envolvidas em torno da questão do lixo. Trata-se do Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC). O FNLC foi uma das primeiras articulações nacionais entre entidades públicas, sociedade civil e iniciativa privada em

8 De acordo com liderança entrevistada por Michelotti (2006), em 2006, havia 52 associações organizadas de catadores no Estado do Rio Grande do Sul que integravam o quadro da Federação.

torno da questão dos resíduos sólidos no país. Criado no ano de 1998, foi decisivo tanto para mobilizar quanto para dar visibilidade ao trabalho dos catadores num momento em que eles ainda não possuíam uma representação própria e não estavam organizados em um movimento social.

Pode-se afirmar que o FNLC elevou a um novo patamar as discussões sobre a destinação dos resíduos sólidos no país. Isso foi possível graças ao diálogo estabelecido entre a sociedade civil e o poder público. Neste diálogo, os catadores passaram a serem reconhecidos como parte integrante e fundamental deste novo espaço. O reconhecimento do papel do catador na problemática da gestão dos resíduos sólidos assim como sua convocação para participar deste espaço facilitaram não só uma aproximação das demandas dos catadores com outros atores da sociedade civil, mas também com determinados agentes governamentais.

De forma geral, como primeiros resultados desse diálogo, foram elencado um conjunto de ações necessárias para a construção de políticas públicas voltadas a tratar dos diversos aspectos que envolviam a questão do lixo. Dentro destes aspectos, estava incluso, numa posição de destaque, o próprio papel dos catadores nos sistemas de gestão dos resíduos sólidos.

De acordo com Dias (2009), as origens do FNLC remontam ao pioneirismo de algumas intervenções institucionais que buscavam incorporar uma dimensão social aos aspectos tecnológicos da gestão de resíduos sólidos. O pressuposto básico da concepção do FNLC era a convicção de que a situação de degradação ambiental e humana presentes nos municípios brasileiros só poderia ser enfrentada a partir de uma abordagem participativa do gerenciamento de resíduos sólidos e como resultado de um esforço conjunto dos mais diferentes níveis de governo e de vários setores da sociedade, isto é, ONGs, empresas, associações profissionais e outros segmentos (DIAS, 2009).

A história de criação do FNLC começa quando o UNICEF, em junho de 1998, tomou a iniciativa de organizar um seminário na cidade de Brasília com o intuito de debater e apontar soluções para o problema da presença de famílias inteiras, tanto adultos quanto crianças, vivendo nos e dos lixões no país. Neste evento o FNLC foi concebido com o objetivo principal de elaborar um programa que visasse erradicar o trabalho de catação de materiais recicláveis por crianças e adolescentes.

O Programa Nacional Lixo e Cidadania foi assim instituído propondo eliminar o trabalho infanto-juvenil nos lixões. Além de recomendar políticas de inclusão social

dessas crianças, também sugeria a criação de alternativas concretas de integração de catadores adultos em ambientes de trabalho com condições dignas. De acordo com o Programa, o melhor meio para isso, era realizar apoio à organização da categoria e promover programas de coleta seletiva. Num âmbito mais abrangente, também era propósito, a mudança do padrão de destinação de resíduos sólidos, na perspectiva de erradicar os lixões existentes no país e a adoção de aterros sanitários nos municípios (GRIMBERG, 2007).

No que condiz com o trabalho infantil, a principal estratégia desenvolvida pelo Programa do FNLC foi a campanha “Criança no Lixo Nunca Mais”. Essa campanha foi um apelo nacional pela erradicação do trabalho infantil nos lixões e na coleta de lixo nas ruas. Desde 1994, o UNICEF trabalhava a questão da erradicação do trabalho infantil no país, mas só no ano de 1998, incluiu a erradicação do trabalho infantil no lixo como uma de suas prioridades⁹.

A inserção do trabalho no lixo como uma das piores formas de trabalho infantil aconteceu a partir de um fato que teve grande repercussão nacional e internacional. Várias crianças que trabalhavam no lixão de Aguazinha, em Olinda, foram hospitalizadas com intoxicação alimentar. Suspeitava-se que essas crianças haviam ingerido carne humana proveniente de lixo hospitalar que era descartado no lixão da cidade junto com os demais resíduos. Assim, a partir desse fato, criou-se a campanha “Criança no Lixo Nunca Mais”, cujo conteúdo foi decisivo para tornar pública a discussão sobre este problema, até então pouco discutido no país¹⁰.

Nesta campanha também estava incluído o envio de uma carta a todos os prefeitos do Brasil solicitando comprometimento e empenho com os objetivos do Programa Lixo e Cidadania. O mote era induzir essas autoridades a implantar tal plataforma em cada município. Em resposta ao desafio lançado, já em 2001, mais de 1.700 municípios atenderam a campanha e se comprometeram ao conjunto de medidas proposto pelo FNLC, isto é, erradicar o trabalho de crianças e adolescentes com o lixo nas ruas e nos lixões, promover a inserção econômica e social de catadores, garantir o

9 Até o ano de 1998, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) não tinha em seu registro o trabalho no lixo como formas de trabalho infantil. A partir das reivindicações do UNICEF a OIT catalogou, por meio da Convenção 182, o trabalho infantil em lixões como um das piores formas de trabalho infantil.

10 Segundo o próprio UNICEF, essa campanha deu visibilidade ao tema do trabalho infantil no lixo - até então praticamente oculto no país. Como resultado, mais de 15 mil crianças que viviam essa realidade passaram a participar do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, com pagamento de bolsa-escola para suas famílias (<http://www.unicef.org/brazil>).

tratamento e a destinação adequada do lixo e também a recuperar as áreas degradadas pelo lixo (LIXO E CIDADANIA, 2001)¹¹.

Com o êxito e a visibilidade da campanha Criança no Lixo Nunca Mais e do Programa Lixo e Cidadania, o número de entidades participantes do Fórum aumentou vertiginosamente em poucos anos, notabilizando uma verdadeira mobilização nacional de múltiplos atores da sociedade e do Estado brasileiro. Se em 1999, 18 instituições faziam parte deste espaço, em 2001, 44 instituições já compunham o FNLC (LIXO E CIDADANIA, 2001).

Liderado pelo UNICEF, o Fórum cresceu e se conformou como uma “rede sócio-governamental” (DIAS, 2009). Além de congregar uma série de associações profissionais da área de saneamento ambiental, técnicos sociais de ONGS e técnicos de agências governamentais, associações e cooperativas de catadores e entidades da Igreja Católica, também faziam parte alguns representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério Público Federal, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, da Caixa Econômica Federal e da Fundação Nacional de Saúde.

De acordo com Grimberg (2007), pode-se dizer que a iniciativa de criação do FNLC pelo UNICEF, em co-promoção com inúmeros atores da sociedade e de governos, deu início ao processo de construção de um novo paradigma de gestão de resíduos ancorado na participação social e na inclusão dos catadores em sistemas públicos de recuperação e reciclagem de resíduos. Neste sentido, diversos tipos de instituições – entre órgãos governamentais, ONGs, entidades técnicas e religiosas – passaram a atuar sob a forma de gestão compartilhada na estruturação de estratégias para o enfrentamento do problema dos resíduos sólidos e dos catadores (GRIMBERG, 2007).

Do lado dos catadores, é possível afirmar que o espaço de diálogo aberto pelo FNLC contribuiu para fortalecer a categoria. O FNLC logrou projetar e dar suporte a algumas experiências bem sucedidas de formação de cooperativas e associações de catadores. Essa projeção incentivou catadores avulsos a trabalharem de forma agrupada, aumentando o número de cooperativas e associações pelo país. A Coopamare de São Paulo e a Asmare de Belo Horizonte serviram como referências e

¹¹ Para direcionar os municípios que aderiram ao Programa Lixo e Cidadania, o FNLC lançou manuais de orientação. Um exemplo, é o “Do Lixo à Cidadania: Estratégias para a Ação” produzido pelo UNICEF e pela Caixa Econômica Federal. Este manual foi encaminhado aos prefeitos, parlamentares, promotores, professores, técnicos de limpeza urbana, assistentes sociais e ambientalistas (LIXO E CIDADANIA, 2001).

modelos de associativismo e de integração de organizações de catadores aos sistemas públicos municipais de gestão de resíduos sólidos.

Do lado do Estado, o Fórum passou a ter um papel de coordenação do financiamento de certas instituições governamentais. A estratégia foi vincular certos pré-requisitos estabelecidos pelo próprio FNLC para liberação de recursos para projetos de resíduos sólidos nos municípios. Instituições como a então Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social (SEDU), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente começaram a condicionar o repasse de recursos à execução das diretrizes da plataforma Lixo e Cidadania, especialmente no que se referia à erradicação do trabalho infantil no lixo e a apresentação de planos de gestão para resíduos sólidos com sustentação econômica, ambiental e social (LIXO E CIDADANIA, 2001).

Durante a vigência do FNLC, o governo federal também assumiu um maior comprometimento com a temática. Inicialmente, esse compromisso se expressou pela criação de novas linhas de financiamento para a gestão de resíduos sólidos. Ademais aumentou significativamente os investimentos em projetos municipais nesta área, adaptando os critérios de seleção dos municípios àqueles que se comprometeram com o Programa Nacional Lixo e Cidadania.

Como exemplo do aumento desses investimentos, em 2001, o FNMA triplicou o valor destinado aos projetos municipais de resíduos sólidos em relação ao ano anterior. Contudo, para que pudessem concorrer aos editais, os projetos passaram a ter que dar suporte à criação e/ou fortalecimento de associações e cooperativas de catadores, casos existissem esses trabalhadores nos lixões ou nas ruas das cidades (LIXO E CIDADANIA, 2001). Nos projetos contemplados por esses editais, o FNLC participou ativamente da elaboração dos planos de ação municipais, visando garantir sua sustentabilidade além do acompanhamento da aplicação dos investimentos¹².

O FNLC também propiciou, por meio de alocação de recursos, que entidades com a Pastoral de Rua e a OAF pudessem realizar cursos de capacitação para a formação de cooperativas de catadores. Nestes cursos, quando o MNCR ainda não

12 O Fórum também conseguiu envolver o Ministério Público como uma estratégia para pressionar os prefeitos a priorizarem a questão do lixo.

existia, as primeiras cooperativas do país, principalmente a Coopamare e a Asmare, serviam de modelo organizativo para os catadores.

Para se ter mais um exemplo que serve como demonstrativo da importância do FNLC para a organização dos catadores, no evento que institucionalizou a formação do MNCR, isto é, a passeata da população de rua e dos catadores realizada em Brasília no ano de 2001 em decorrência do I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis foi, em grande medida, financiado por organizações que compunham o Fórum.

Cabe mencionar, para finalizar este subitem, que com a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores (CIISC) no ano de 2003 pelo governo federal, muitos dos agentes governamentais que participavam do FNLC passaram a integrar esse novo espaço de governo. Essa mudança, paulatinamente acabou enfraquecendo o Fórum e por consequência, este foi se esvaziando até desaparecer no ano de 2005.

Antes dos catadores terem uma organização própria de abrangência nacional, pode-se presumir que os mesmos estavam representados nas atividades desenvolvidas pelo Fórum. Era neste espaço que a voz dos catadores aparecia. Com o desaparecimento do FNLC e com o surgimento do MNCR, os catadores passam a ter uma representação própria.

3. Algumas considerações para a investigação

A chegada do PT ao âmbito do governo federal (2003) foi marcado por uma maior abertura às reivindicações e propostas dos movimentos sociais ao Estado. No caso do então recém criado MNCR, estes obtiveram uma série de demandas atendidas. Estas demandas se concretizaram a partir da criação de espaços institucionais especificamente desenhados para atender ao movimento, com destaque para a criação, por decreto presidencial, do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC) no ano de 2003.

Além de ter este espaço interministerial, o governo federal instituiu uma gama de políticas públicas direcionadas especificamente para o público catador. Embora não sejam as únicas políticas, aqui merecem destaque a alteração da Política Nacional de Saneamento (lei 11.445/2007), a Política Nacional Resíduos Sólidos (lei 12.305/2010), e os Programas Cataforte 1, 2 e 3.

A alteração da Política Nacional de Saneamento permitiu que as administrações públicas pudessem contratar, com dispensa de processo licitatório, as organizações de

catadores de materiais recicláveis para a prestação de serviços de coleta seletiva. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, por seu turno, deu preferência à inserção de catadores em programas de coleta seletiva como requisito do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos a ser elaborado por todos os municípios do país. Já os programas Cataforte foram instituídos, em parceria com o MNCR, visando fortalecer o associativismo e o cooperativismo dos catadores de modo a incluir produtiva e socialmente esses trabalhadores. Neles foram promovidas ações de capacitação, formação, assistência técnica e de infraestrutura logística para as cooperativas e associações.

Embora essas ações não sejam as únicas, elas supõem uma relativa força e capacidade de incidência do MNCR frente ao governo federal. Essa capacidade de incidência nos instiga a investigar com o movimento conseguiu se organizar e construir estratégias para influenciar a formulação e implementação dessa agenda de políticas.

Referências Bibliográficas

ABERS, R., BULOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? Sociologias. Porto Alegre, v. 13. 2011.

ABERS, R., SERAFIM, L., TATAGIBA, L. Repertório de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A experiência na era Lula. Revista Dados. Rio de Janeiro, vol. 57, no.2, 2014

ABREU, M.F. Do lixo à cidadania: estratégias para a ação (manual). Caixa Econômica Federal e UNICEF. 2001.

ALENCAR, B.S. Novos protagonistas no espaço urbano: origem, estrutura e emergência da organização dos catadores no Brasil. XII Encontro Nacional da ANPUR, Belém, Pará. 2007

_____ Emergência de novos atores no desenvolvimento sustentável: a contribuição dos catadores de materiais recicláveis no Brasil. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2008

BITELMAN, M.F. A disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil: os casos de São Paulo e Osasco. Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2008

BORTOLI, M.A. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 248-257, 2013

_____ Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 105-114. 2009

BOSI, A.P. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. RBCS, v. 23, n. 67, 2008

CARMO, M.S.R. A Problematização do Lixo e dos Catadores: estudos de caso múltiplo sobre políticas públicas sob uma perspectiva foucaultiana. FGV-EBAPE. Tese de doutorado em Administração. Rio de Janeiro, 2008. ‘

CARVALHO A. M. R. Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Tese de doutorado. 2008.

CARVALHO, K.L. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento. Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA, 2011.

DIAS, S.M. Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a Asmare. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado em Geografia. Belo Horizonte, 2002.

_____ Trajetórias e Memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil: Experimentos Singulares de Justiça Social e Governança Participativa. Universidade Federal de Minas Gerais. Tese de doutorado em Ciência Política, Belo Horizonte, 2009.

DOMINGUES JR. P.L. Estado, Políticas Públicas e Cooperativismo. Libertas Revista da Faculdade de Serviço Social. UFJR. Volumes 4 e 5. Juiz de Fora, 2004/2005.

DOWBOR, M. A Arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo), 2012.

FERRO, M.C. T. Desafíos de la participación social: alcances y límites de la construcción de la Política Nacional para la Población en Situación de Calle en Brasil. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Sede Acadêmica Argentina. Dissertação de mestrado, 2011.

GOLDSTONE, J. A. (Ed.) States, parties, and social movements. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GONÇALVES, M. O movimento nacional dos Catadores de Resíduos Recicláveis. Revista Pegada, vol. 6, no. 2, 2005.

GRIMBERG, E. Estudo sobre a Coopamare Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo. Instituto Pólis. Projeto Desenvolvido para o Programa Gestão Urbana –PGU-ONU (1994) e Ampliado para o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento Social – UNRISD-ONU. Sem data.

_____ Coleta seletiva com inclusão dos catadores: Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo. Experiências e desafios. Instituto Pólis, São Paulo, 2007.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Editora 34, 2003.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 2013. 'Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável - Região Sudeste', <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/130910_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_regiao_sudeste.pdf>.

LECHAT, N.M.P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Palestra proferida na Unicamp por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Campinas, 20/03/2002.

LEUBOLT, B.,ROMAO W., NOVY A.. 2016 Recycling, collective self-management and social inclusion: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis São Paulo, ImPRovE Case Study N°11/20. Antwerp: Herman Deleeck Centre for Social Policy – University of Antwerp.

LIMA, J.C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, n.56, 2004.

LIXO E CIDADANIA. Editorial. Boletim do Fórum Nacional Lixo e Cidadania. Ano 1, no. 1. Março de 2001.

_____.Um caminho, muitas formas de caminhar. Boletim do Fórum Nacional Lixo e Cidadania. Ano 1, no.2. Junho de 2001.

_____. Editorial. Boletim do Fórum Nacional Lixo e Cidadania. Ano 2, no. 3. Fevereiro de 2002.

MARUBAYASHI, I. Da Margem ao centro dos holofotes: o arcabouço legal dos(as) catadores(as) de material reciclável e reutilizável. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP, Franca, 2015.

MARTINS, C.H.B. Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2003.

MICHELOTTI, F. C. Catadores de “Lixo que não é mais lixo”: Um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de organização coletiva no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2006.

MNCR, Movimento nacional de catadores de recicláveis. Caminhar é resistir. Formação nível 1. 2009.

OLANDIM, A. Um povo em movimento. Boletim do Fórum Nacional Lixo e Cidadania. Ano 1, no, 2. Junho de 2001.

PEREIRA, M. C. G. Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG). Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo), FGV-SP, 2011.

PEREIRA, M.C.G. & TEIXEIRA, M.A. C. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. FGV. Cad. EBAPE.BR, v. 9, no 3, Rio de Janeiro, 2011.

PINHEL, J.R. Do Lixo à Cidadania. Guia para a Formação de Cooperativas de Materiais Recicláveis. Ipesa. Editora Petrópolis. Sem data.

SERAFIM, L. Participação no Governo Lula: as pautas da reforma urbana no Ministério das Cidades (2003-2010). Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de Campinas), 2013.

SILVA, M. K., OLIVEIRA, G.L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. Sociologias, Porto Alegre, 13, no. 28, 2011.

SILVA, R.B. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. Interthesis, v.3, n.2 Florianópolis, 2006.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: P. Singer e A.R. Souza. A economia solidário no Brasil: a autogestão como resposta do desemprego, Editora Contexto. São Paulo, 2000.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. Sociedade e Estado v. 16, n. 1-2, p., 2001.

_____ Introdução à Economia Solidária. 1º. Edição. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2002a.

TATAGIBA, L., ROMÃO, W. Movimentos sociais e implementação de políticas públicas em perspectiva comparada. Projeto de pesquisa. Unicamp, 2014.

WIRTH, I.G. Movimento de Catadores e a Política Nacional de Resíduos Sólidos: a experiência do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2016.

_____ recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Souza Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002b.

Endereços eletrônicos:

<http://www.mncr.org.br>

www.coopamare.wordpress.com